

PRINCÍPIO DA AÇÃO E VOLUNTARIEDADE NA ÉTICA A EUDEMO

MARCOS VINIVIUS RODRIGUES BRIZOLA¹;
JOÃO FRANCISCO DO NASCIMENTO HOBUSS

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS- marcosvrb1994@gmail.com
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – joao.hobuss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na Filosofia grega encontramos uma polissemia entre seus principais termos, dentre eles podemos citar *Arché*, *Physis*, *Logos* e *Cosmos*. *Arché* numa definição mais geral pode ser entendida como “princípio”, “origem”, “início”. Quando situado no horizonte epistêmico da filosofia pré-socrática este *princípio* se desdobra em uma preocupação com a origem do universo, visto que tais filósofos endereçavam na busca pela *arché* o foco de suas refinadas e valiosas reflexões, podemos citar Tales de Mileto com a água, Heráclito com o Devir, neste sentido podemos derivar os conceitos de “arqueologia”, “arquétipo”, etc...

Para além da Cosmogonia, numa acepção mais prática do termo, *arché* também pode significar princípio de poder, seguindo a linha de raciocínio podemos exemplificar esta outra acepção através da compreensão de uma democracia ao estilo da Atenas clássica onde pode-se constatar que a *arché* está difundida entre os cidadãos, pois não é exercida exclusivamente por um membro da sociedade, mas distribuída de acordo com os fundamentos a isonomia, isocracia e isegoria. Deste segundo exemplo de *arché* derivam os termos políticos até hoje utilizados como monarquia e oligarquia, etc¹...

Na filosofia aristotélica a noção de *arché* será trabalhada no que concerne ao princípio da ação, visando dar conta de algumas questões crucias para a atribuição de responsabilidade moral ao agente que por sua vez implicará em uma série de outras reflexões no âmbito da filosofia prática como, por exemplo, a possibilidade de reforma de caráter. É justamente com a noção de princípio que Aristóteles inicia a passagem sobre a voluntariedade das ações na *Ética a Eudemo*, por esta razão o enfoque se dará principal, mas não restritamente a partir desta obra.

2. METODOLOGIA

A pesquisa consistirá em uma análise bibliográfica, principalmente a partir da *Ética a Eudemo* e da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, assim como o do livro *Liberdade e Causalidade-Ação, Responsabilidade e Metafísica em Aristóteles* de Alberto Alonso Muñoz, e do artigo da Inara Zanuzzi: *O Voluntário na Ética a Eudemo*. O fio condutor para o seguinte trabalho será o conceito de princípio, e suas implicações desde os trabalhos de filosofia teórica até as duas éticas de Aristóteles, pois parece que a responsabilidade moral recai sobre as situações em

¹ A seguinte definição de “*Arché*” no dicionário Lidell&Scott é uma evidência da amplitude do termo: Um princípio, primeira causa, origem, (*Ex arché*) Do início, do primeiro, no primeiro.2Um primeiro princípio, elemento3: (*aparchai*) : em primeiro lugar4: O canto de uma folha de papel.II: Poder supremo, soberania, domínio. (*arché tesa asias*) poder sobre a Ásia. 2: Uma magistratura, função no governo obtida por dois modos: por eleição (*cheirotonetai*) por “possuir um terreno” (*Klerotai*) (LIDELL&SCOTT, 2007 p;106)

que o agente é o princípio da ação. Utilizarei “EE” como abreviação de *Ética a Eudemo* e “EN” como abreviação de *Ética a Nicômaco*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há em Aristóteles, uma primeira tentativa em sistematizar a questão da moralidade de forma mais autônoma. Obviamente os escritos de seu mestre Platão foram primordiais para alguns insights do Estagirita, todavia, as reflexões acerca da moralidade do filósofo ateniense, encontradas substancialmente na *República* ainda estavam estreitamente vinculadas à política. O filósofo desenvolve o seu tratado baseado numa concepção teleológica de ética, postulando uma natureza humana que tem na busca pela felicidade (o sumo bem) o caminho de realização enquanto ser moral, e a felicidade é identificada pelo autor como um estado da alma em conformidade com a virtude.

O indivíduo virtuoso, por conseguinte, é aquele que após a prática reiterada de ações virtuosas, “afastou-se” dos dois extremos dos vícios e adquiriu uma disposição de caráter exemplar. Para que tais ações nobres sejam possíveis de serem realizadas, é imprescindível que tais indivíduos vivam sob uma constituição justa, em uma *Pólis* também virtuosa.² Elencadas estas condições para a aquisição de um caráter virtuoso, faz-se necessário ressaltar que nem todas as ações cumprem o pré-requisito para serem analisadas e assinaladas como virtuosas ou viciosas, mas apenas aquelas ações que são voluntárias, e é por esta razão que, após discorrer em EE II-5 que: “a virtude é aquele tipo de hábito daqueles homens que tem uma tendência para fazer as melhores ações”³

Aristóteles desenvolve nos capítulos subsequentes (6-9) sua teoria da ação. A definição final de voluntariedade das ações, na *Ética a Eudemo* é encontrada aqui:

All, then, that a man does-it being in his power to abstain from doing it- not in ignorance and owing to himself must needs be voluntary; this is what voluntariness is. But all that he does in ignorance and owing to his ignorance, he does involuntarily.

Aquilo então, que um homem faz - estando em seu poder o de fazer ou de se abster- sem estar sob ignorância e devido a ele próprio é necessariamente voluntário, e isso o que a voluntariedade é. Mas tudo o que ele faz em ignorância, e devido a sua ignorância, ele faz involuntariamente.⁴

Esta definição de voluntariedade das ações, encontrada na EE 2-9 é um corolário resultante das primeiras análises na ética 2-6, vemos aqui que para uma ação ser considerada voluntária, faz-se necessário cumprir três requisitos: a primeira “estando em seu poder o de fazer ou de se abster” pode ser definido como as ocasiões em que ao agente era possibilitado agir de outro modo. Ação para Aristóteles é entendida como uma atividade especificamente humana, uma mudança, mas que ocorre somente no indivíduo adulto, não podendo se manifestar nas crianças e nos animais. Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles diz existir

² Aristóteles viveu no século 4 a.c., o cenário político é de uma democracia já fragilizada e da transição da *pólis* para a *kosmopolis*. De qualquer modo, percebe-se que, assim como em Platão, temos uma ética subsumida ao background político, mesmo que no Estagirita esta tenha se desenvolvido de forma um pouco mais independente.

³ “we have assumed that excellence is that sort of habit from which men have a tendency to do the best actions..” 1222^a 5

⁴ 1225b 6-10

na alma três aspectos que controlam a ação e a verdade: sensação, razão e desejo, dispensando a sensação como princípio de qualquer ação, citando como um exemplo claro o fato de os animais possuírem a sensação, mas não participarem da ação⁵. Aqui podemos perceber onde reside a principal diferença metodológica entre as duas definições de voluntariedade, ao analisarmos as primeiras páginas da *Ética a Eudemo* referentes à discussão (livro 2-6), Como afirma Gabriela Rossi:

“En el tratamiento de EE, Aristóteles enfoca el problema de la voluntariedad de las acciones racionales o propiamente humanas considerándolas como um tipo especial de movimiento, diferente de los movimientos naturales.” (ROSSI, 2011, p. 205)

Esta conclusão é resultante dos primeiros parágrafos da EE II 6, onde Aristóteles inicia suas investigações sobre as substâncias, que por natureza possuem um princípio, ou seja somos gerados por outro. E isso se aplica obviamente não só aos seres humanos, mas também aos outros seres como os animais e as plantas. Também é na *Ética a Eudemo* que o Estagirita é mais minucioso na descrição da influência da oposição entre a razão e o desejo é o que impulsiona os indivíduos a agirem:

And so with the other animals the action on compulsion is simple (just as in the inanimate), for they have not desire and reason opposing one another, but live by desire; but man has both, that is at a certain age, to which we attribute also the power of action; for we do not use this term of the child, not of the brute, but only of the man who has come to act from reason.⁶

E então, com os outros animais a ação sobre compulsão é simples (apenas como num ser inanimado), por eles não terem o desejo e a razão opondo-se um ao outro, mas vivem pelo desejo; mas o homem tem ambas, aquele que está em certa idade, para a qual nós atribuímos também o poder da ação; por isso não usamos este termo nas crianças, nem dos brutos, mas somente para os homens que vem a agir pela razão.

A nossa especificidade é justamente o fato de não apenas contarmos com os nossos instintos como a capacidade de auto preservação e de reprodução de outro ser humano, mas somado a isso somos também fontes de ações.

“Nós não louvamos ou censuramos o que é devido à necessidade, ou ao destino ou à natureza, mas apenas para i que nós mesmos somos causas.”⁷ É justamente devido a esta capacidade de sermos o princípio de ações, e por operarmos no âmbito da contingência que nossas ações devem ser qualificadas como virtuosas ou viciosas, o que engendrará a respectiva disposição de caráter, implicando na possibilidade de sermos moralmente responsabilizados pelas ações que fizemos, pelo caráter que dispomos, e em que nos tornamos.

⁵ EN 1139 a 19-24

⁶ EE 1224a 28-30

⁷ “we do not give praise or blame for what is due to necessity, or chance, or nature, but only for what we ourselves are causes” (1223^a10)

4. CONCLUSÕES

Estas são, em linhas gerais, algumas notas das reflexões aristotélicas acerca da moralidade, uma construção teórica alicerçada na ideia de um arquétipo humano dotado de características virtuosas. O ser humano aqui precisa reconhecer sua posição “intermediária” na hierarquia dos seres: Da mesma forma que somos superiores aos animais por participarmos da ação (nos termos aqui desenvolvidos) e não apenas sermos movidos pelos instintos, somos ao mesmo tempo inferiores aos deuses, pois, apesar de em certos momentos alguns de nós participarmos da atividade contemplativa, não somos autossuficientes, temos as mais diversas carências e limitações que não poucas vezes nos conduzem ao vício, seja por falta ou por excesso.

A visão aristotélica de moralidade fundamentada na busca pela felicidade perdurou por vários anos como a corrente hegemônica ao longo da história da Filosofia. A concepção de ética baseada na busca de seguir um modelo de caráter virtuoso teve grande influência no estoicismo, a principal escola do período helenístico que desenvolveu uma teoria que perpassou boa parte da sociedade romana, tanto na monarquia como no período da República e finalmente no Império. O conceito de ação como vimos, teve primeiramente em Aristóteles o seu paradigma, e foi acolhido ao longo da história da Filosofia, até mesmo na modernidade quando sofre algumas críticas da concepção deontológica de Immanuel Kant, é possível perceber a ressonância da teoria do Estagirita. Da mesma forma no século XX, G. E. M. Anscombe e Alasdair MacIntyre propuseram uma retomada da Ética das Virtudes para uma melhor sorte na Filosofia moral, pois os clássicos ainda tem muito a dizer, não apenas sobre o que podemos saber e esperar, mas também sobre como devemos agir.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. "Eudemian Ethics". In.: **The Complete Works of Aristotle** (The Revised Oxford Translation, Ed. Barnes, J.). Vol. 1 and 2. Princeton: Princeton University Press, 1984.

_____. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MUÑOZ, A. A., **Liberdade e Causalidade: Ação, Responsabilidade e Metafísica em Aristóteles**. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.

ZANUZZI, I. (2007). **A Definição do Voluntário na Ethica Eudemia II.9. Journal of Ancient Philosophy**, 1(2), (2007) pp:1-9

ROSSI, G. **Los tratamientos de lo involuntario en las Éticas de Aristóteles: una cuestión de métodos**. Ideas y valores, 41. (2012). pp: 203-228.

LIDDELL&SCOTT. **Greek-English Lexicon**. Oxford, 2007.